

**HISTÓRIA
EM
REVISTA**

Pelotas - Número 1 - Setembro de 1994



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

HISTÓRIA EM REVISTA

Prof. Antonio Cesar Gonçalves Borges
Reitor

Prof. Daniel Souza Soares Rassier
Vice-Reitor

Profª Inguelore Scheunemann de Souza
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Aicl Enimar Loeck
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª Angela Maria Sinotti Gonzalez
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Bel Flávio Chevarria Nogueira
Pró-Reitor Administrativo

Bel. Antonio Leonel da Silva Cunha
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

EDITORA UNIVERSITÁRIA
Rua Lobo da Costa, 447
Pelotas-RS - CEP 96.010-150

Jorn. Fernando de Oliveira Vieira
Diretor

Capa: Gilnei da Paz Tavares

Planejamento Editorial: José Herminio Barbachá

Reprodução Gráfica: João José Pinheiro Meireles
Marciano Serrat Ibeiro
Oscar Luis Rios Bohms

Acabamento: Carlos Gilberto Costa da Silva
Claudio Luiz Machado dos Santos
Luiz Gonzaga Souza Cruz



Class:	REVISTA
Registro:	415
Data:	11.10.94
Doação:	

HISTÓRIA EM REVISTA

Pelotas - Número 1 - Setembro de 1994

Núcleo de Documentação Histórica da UFPel

Coordenação Administrativa:

Profª Beatriz Ana Loner

Coordenadores de Linhas de Pesquisa:

Quotidiano de Pelotas (e Região Sul):

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Prof. Temístocles Américo César

Movimento Sindical:

Profª Lorena Almeida Gill

História da UFPel:

Profª Beatriz Ana Loner

Memória e Sociedade:

Profª Maria Letícia Mazzuchi Ferreira

Técnicos Administrativos:

Alvim da Silva Jorge

Domingos Barreto Rodrigues

Comissão Editorial

Profª Beatriz Ana Loner

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Profª Lorena Almeida Gill

Prof. Temístocles Américo César

Apresentação 5

Artigos:

*Reconstrução da
memória da UFPel* 7

Beatriz Ana Loner

*A evolução urbana de Pelotas:
um estudo metodológico* 21

Sidney Gonçalves Vicira

Óthon Ferreira Pereira

Jakson Silvano de Toni

*Os periódicos do final do século XIX
e do início do século XX
e o cotidiano de Pelotas* 35

Fábio Vergara Cerqueira

Temístocles Américo César

*Mulheres em estudo:
um movimento outro
um outro movimento* 39

Lorena Almeida Gill

Denise Bussoleti

*Museu e
memória histórica* 48

Maria Letícia Mazzuchi Ferreira

*O sujeito essencial:
teoria histórica e discurso* 52

Temístocles Américo César

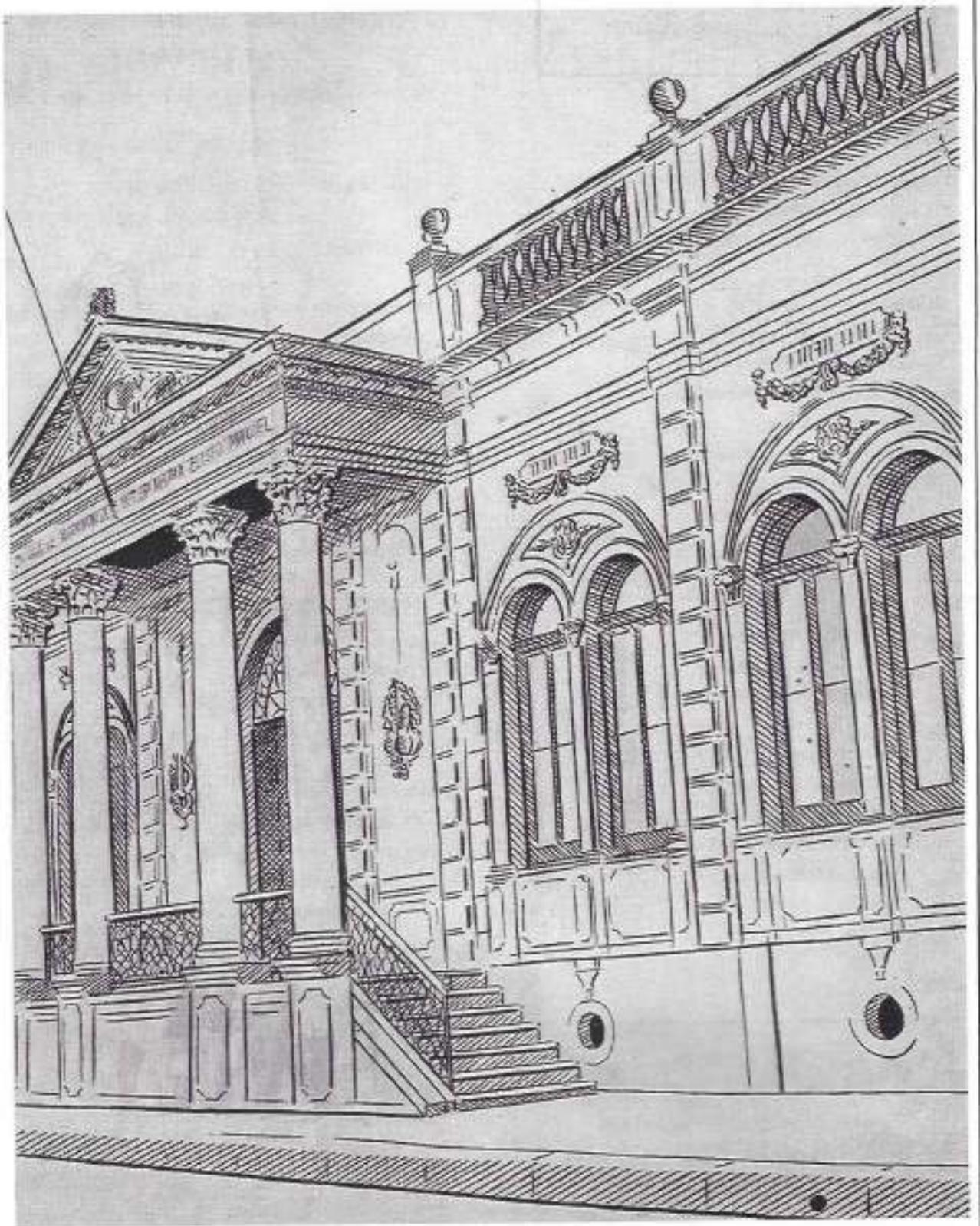
*Da aplicação do conceito
de imaginário no estudo da história* 57

Fábio Vergara Cerqueira

HISTÓRIA EM REVISTA

PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

PELOTAS, PRAÇA 7 DE JULHO, 180
CEP 96.020-010 - RS



RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA UFPEL

Beatriz Ana Loner

Este trabalho pretende analisar a formação da UFPEL, desde seus primeiros cursos até o presente, tendo como focos de análise sua inter-relação com o desenvolvimento sócio-econômico da região sul e a composição de classe do corpo discente e docente destas instituições.

Para tanto, dividimos a pesquisa em três períodos:

1º: - de fins do século XIX até 1930 - etapa que corresponde ao período da República Velha e ao predomínio do PRR no Estado, onde se concentram a criação da maioria dos chamados cursos formadores e só existem instituições isoladas de ensino no Estado.

Esta pesquisa "Reconstrução da Memória Histórica da UFPEL" também faz parte de um projeto mais amplo, envolvendo docentes da UFPEL e da UFRGS, intitulado "Para Revitalização do Ensinar e do Aprender na Universidade". Ambos contaram com o apoio da FAPERGS e do CNPq através de bolsistas de pesquisa.

Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada na 6ª Conferência Brasileira de Educação, em São Paulo, 1991.

Colaboraram como auxiliares de pesquisa os seguintes bolsistas: Maria Amélia Silva, Francisco Carlos Vitória e Eliane Xerri.

2º: - de 1930 a 1964 - etapa definida pelo governo Vargas e a política populista, pela criação da primeira universidade gaúcha e pela gradativa federalização destes cursos formadores, com sua integração em unidades maiores.

3º: - de 1964 até hoje - período definido pela ditadura militar e a redemocratização, pela reforma universitária, a criação da UFPEL e seu desenvolvimento.

DE FINS DO SÉCULO XIX ATÉ 1930

1. Formação Histórica da Sociedade Gaúcha

O Rio Grande do Sul constituiu-se tardiamente em relação à sociedade brasileira. Território de posse indefinida durante boa parte do período colonial, vai integrar-se definitivamente à colônia portuguesa quando do estabelecimento do mercado inter-regional nas Minas Gerais, participando com bovinos, equinos e muars, aqui caçados predatoriamente. Posteriormente, desenvolver-se-ão as estâncias e a criação de gado articuladas com a indústria do charque. A partir de 1760, a charqueada escravista fará o enriquecimento dos charqueadores e trará o predomínio econômico à região da campanha, dentro do Estado. No século XIX, instalar-se-ão as colônias de imigrantes estrangeiros, no

norte do Estado, desenvolvendo a pequena propriedade.

Já em fins do século, o pólo dinâmico do desenvolvimento gaúcho deslocar-se-á para Porto Alegre que vai tornar-se o escoadouro dos produtos agro-pecuários e artesanais das colônias, desenvolvendo indústrias e um comércio intenso com o centro do País. Assim, ao longo dos dois primeiros séculos da nossa formação, consolidando-se nesta, o Rio Grande do Sul se tipifica como uma economia voltada para o mercado interno, dedicada a produção de alimentos e produtos industrializados em grande parte derivados da agro-pecuária. (Singer, 1968 e Lagemann, 1978).

A nível social, o Rio Grande do Sul constituiu-se como uma sociedade militarizada, devido aos freqüentes conflitos fronteiriços que marcaram seu período de formação, o que redundou no recurso às armas para dirimir questões internas à própria sociedade gaúcha.

Por outro lado, esta era uma sociedade dicotômica; ao sul existia uma sociedade patriarcal e latifundiária, com utilização intensa do trabalho escravo na região das charqueadas, dominante na formação social e política gaúcha; ao norte desenvolveu-se uma sociedade de pequenos proprietários, escorada no trabalho manual de seus imigrantes, com traços europeus, grandes produtores de artigos agro-pecuários, dedicando-se também ao comércio e artesanato, que vai constituir a base da classe média gaúcha, responsável por algumas das características diferenciadas que apresenta nosso Estado em relação aos demais.

O ensino superior no Estado não apresenta desenvolvimento durante a colônia e quase todo o período imperial. Somente para fins do século XIX é que vamos encontrar a fundação dos primeiros estabelecimentos isolados, a Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática (1883) em Pelotas e as Faculdades de Medicina e Farmácia (1889), de Odontologia (1898) e a Escola de Engenharia (1896) em Porto Alegre.

A primeira República vai trazer transformações de substancial importância à nível do governo do Estado, que sai das mãos do partido Liberal, representante da

velha oligarquia latifundiária pecuarista, para o partido Republicano Rio Grandense (PRR), que, sem deixar de representar os pecuaristas, ampliava seu leque de modo a envolver também industriais, comerciantes, colonos e representantes das novas classes urbanas.

O PRR instituiu no Rio Grande do Sul uma república inspirada no positivismo, doutrina que influenciou suas ações e atividades no governo, tanto a nível de economia e das relações entre as classes, quanto em relação ao ensino, com repercussões para o restante do país (Cunha, 1980). A atuação do PRR se deu no sentido de consolidar um conjunto de alianças que dessem respaldo para sua ação efetiva no combate às velhas questões que emperravam o desenvolvimento gaúcho (Pesavento, 1988), utilizando-se, para tanto, do positivismo.

Assim, a "ideologia importada, posta a serviço das condições histórico-objetivas locais, fornecia os elementos básicos que norteariam a ação do grupo no poder: desenvolver as forças produtivas do Estado, favorecer a acumulação privada de capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas" (Pesavento, 1980, p.46).

Para o positivismo, o poder deveria ser reservado a uma elite culta (Chauí, 1980) e a educação teria também a tarefa básica de atenuar o conflito entre as classes, através da profissionalização e disciplinamento da classe trabalhadora.

É dentro deste espírito que o governo do Estado vai incentivar tanto a criação da Escola de Engenharia em 1896, quanto de Institutos e Escolas profissionais, como o Parobé.

Outras idéias positivistas a respeito da educação referem-se à liberdade de ensino e a liberdade de exercício de qualquer profissão independente da exigência de diploma.

Bateram-se por estas idéias na Constituição Federal e, obviamente, inseriram-nas na Constituição gaúcha "Castilhistas" de 1891.

Sua posição contrária à criação de universidades, por sua vez, contribuiu para atrasar ainda mais a constituição das universidades (Cunha, 1980), sendo que a primeira universidade gaúcha, a Universidade de Porto

Alegre, só vai concretizar-se após trinta, com a reforma Francisco Campos e o declínio da influência positivista.

2. *As Instituições Formadoras da UFPel e o Contexto Regional*

No século passado, Pelotas era a cidade representante da zona de criação de gado e charqueadas no Estado. Muito bem situada em relação à Lagoa dos Patos e ao porto marítimo de Rio Grande, concentrando o poderio econômico e social dos estancieiros e charqueadores gaúchos, Pelotas conheceu um rápido desenvolvimento, chegando a suplantiar Porto Alegre em termos de comércio, na primeira metade do século XIX (Singer, 1977).

Juntamente com Rio Grande, Pelotas desenvolveu um núcleo industrial de peso para o contexto gaúcho da época, baseado em produtos derivados da pecuária e outros, que aqui se instalavam para beneficiar-se das facilidades da comercialização com o centro do país (Lagemann, 1978). Contudo, a indústria charqueadora sempre enfrentou muitos problemas, decorrentes da concorrência platina e do lugar periférico que ocupa a economia gaúcha dentro do contexto nacional. Ao lado disso, o consumo suntuário e a apropriação de parte do excedente econômico aqui gerado pela economia central do país (Pesavento, 1980) impedia uma maior capitalização, com evidentes prejuízos à região sul e a atividade saldeiril.

O século XIX contempla a ocorrência de inúmeras crises nesta atividade, enquanto nos inícios do século XX aparecem os frigoríficos que, se inicialmente trarão esperança de resolver os problemas dos criadores, logo mostrarão ser mais uma etapa no processo de apropriação do excedente econômico por outros agentes que não os produtores diretos (Pesavento, 1980).

Estas sucessivas crises fazem com que Pelotas e Rio Grande decresçam de importância no contexto gaúcho, perdendo a primazia para Porto Alegre (Fonseca, 1983), já no final do século.

Por outro lado, ainda em 1848, a Prefeitura local tomara a iniciativa de trazer imigrantes estrangeiros para formar colônias em áreas do município não

utilizadas pela pecuária, com o objetivo de desenvolver a agricultura.

A partir daí, vão estabelecer-se em Pelotas, imigrantes italianos, alemães, franceses e outros. A maior parte destas colônias foi obra da iniciativa privada, através de pessoas ligadas aos estancieiros que compravam ou adonavam-se de terras do Estado, as repartiam em lotes e vendiam-nas aos colonos, por preço acima do mercado (Grandó, 1990).

Estes colonos começaram a desenvolver indústrias caseiras de conservas, doces em pasta e vinhos. Outros, que não eram camponeses de origem, depois de certo tempo, estabeleciam-se na cidade, oferecendo seus serviços como artesão ou operário.

Estas indústrias artesanais de doces serão o embrião da futura especialização da cidade nesta área.

Contudo, a crise da atividade econômica principal, a charqueada, domina o panorama político e econômico da cidade no final do século.

A partir de 1890, os estancieiros e charqueadores procuraram se organizar em associações e, posteriormente, sindicatos, para lutar por seus interesses. A Sociedade Agrícola Pastoral do RS, fundada em 1898, tendo como sede provisória o próprio prédio da "Eliseu Maciel", reuniu federalistas e republicanos, isto poucos anos após a sangrenta revolução de 1893. Ela foi a primeira de uma série de sociedades semelhantes, que surgiram em cidades da região da campanha. Esta sociedade promove, em 1908, o 1º Congresso Agrícola do Estado, realizado em Pelotas. Em 1909, surge a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, que realiza seu primeiro Congresso em 1910 (Fonseca, 1983).

Por outro lado, já em 1906 é fundado o Banco Pelotense, com capital local, o qual chega a terceiro banco em volume de depósitos no país e terá filiais espalhadas pelo Rio Grande do Sul e até em outros estados.

Em 1915, o debate interno no Estado gira em torno à questão da necessidade e possibilidade do RS montar e manter um frigorífico com capital próprio. O Frigorífico Rio Grandense, construído em Pelotas em 1917, com capitais gaúchos, terminará sendo vendido ao capital estrangeiro já em 1921, comprovando a fraca

capitalização do Estado.

As charqueadas locais ainda conhecem um período de bonança durante a primeira guerra mundial, mas, após seu término a decadência é bem mais rápida, fechando a última charqueada por volta de 1930. Isto marca não só o declínio da atividade econômica, mas também das famílias tradicionais da cidade que não tiveram capacidade ou iniciativa para investir o seu capital em novos ramos industriais, o que fica a cargo dos descendentes de imigrantes.

"As famílias aristocratas não conseguiram manter o antigo prestígio e poder econômico e a mesma influência social. Sem capacidade de administrar os negócios da nova realidade econômica e social e extremamente receosas de iniciarem novos investimentos, estas famílias sobreviveram graças ao cruzamento das fortunas pelo casamento e a imensa fortuna imobiliária acumulada" (Fupurp, 1983).

É no final do século, justamente quando a crise da pecuária e das charqueadas se aguça, que surge a escola de ensino superior, hoje conhecida como Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel", pertencente a UFPel. O governo imperial tem a idéia de formar uma Escola de Veterinária e Agronomia em Pelotas, juntamente com um Instituto Vacinológico.

Contudo, antes do efetivo funcionamento da escola, o governo resolve fechá-la, leiloando seus bens. Indignada, a elite política e intelectual pelotense se organiza e a municipalidade assume os encargos de manutenção da escola, que em 1888 passa a funcionar como Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios. É ao redor do Lyceu que vão se concentrar várias iniciativas no sentido da superação técnica e política da crise: a edição da Revista Agrícola do Rio Grande do Sul e a fundação da Sociedade Agrícola e Pastoril (1898). As primeiras exposições e congressos agropecuários gaúchos também contam com o decisivo apoio do Lyceu.

Mantida com dinheiro da municipalidade, a "Eliseu Maciel" como é conhecida, sobrevive por longos anos, até ser federalizada em 1945.

Nossa análise centra-se basicamente nos cursos de nível superior que posteriormente formaram a UFPel. Dentro deste critério, temos a destacar ainda, o

processo de criação dos cursos de Odonto (1911) e Direito (1912), ambos criados por influência da maçonaria e inicialmente vinculados ao Colégio Pelotense. Estas faculdades tiveram um desenvolvimento isolado e mantiveram-se por seus próprios meios e com o auxílio da comunidade até 1949, quando são incorporados a Universidade do Rio Grande do Sul, estadual, transformada em Universidade Federal em 1950.

Nos parece óbvio entender o motivo do empenho pela criação do Curso de Direito numa região penetrada pela economia capitalista e onde a posse da terra (com as inevitáveis querelas jurídicas que suscita) condicionava boa parte das possibilidades de produção, sem esquecer o fenômeno do bacharelismo, tão forte em nosso país. Outro, porém, é o propósito que motiva a criação dos cursos de Odonto e Farmácia (este último extinto quando da incorporação à URS), pois estes cursos não tinham prestígio à época de sua criação, visto que a Constituição gaúcha vigorante permitia o exercício da profissão, sem exigência do diploma.

O objetivo destes cursos, diretamente inspirados pelos maçons, parece ser a possibilidade de melhorias na área de saúde e desenvolvimento de estudos científicos, além de serem considerados o meio mais eficaz de acabar, a médio prazo, com os dentistas e farmacêuticos sem formação.

Prova do pouco prestígio da Faculdade em seus anos iniciais, a obtemos no "Album de Pelotas" de 1922, edição comemorativa do Centenário da Independência. Enquanto o Direito tem matéria de página inteira, no início do álbum, com várias fotos, a Odonto e a Farmácia ocupa apenas um quarto de página, no fim do álbum, trazendo apenas a foto de grupo de alunos.

Após estes primeiros cursos, surge o Conservatório de Música em 1918, tendo ilustres patronos e dedicado a formação musical dos filhos da elite, em especial as moças. Até nessa área transparece a idéia da crise. Em sua ata de criação fundamenta-se a necessidade pelo "brilho pouco comum da nossa cultura artística de outros tempos e a decadência de hoje", a qual esperavam combater com o Conservatório.

Desde o início, procuram, para este, a proteção oficial. Criado à semelhança do Conservatório de Porto

Alegre, poucos anos depois passará para o município, que se encarregará de sua manutenção.

O atual CAVG, surge como Patronato Agrícola em 1923, por obra do Ministro pelotense Ildefonso Simões Lopes, subordinado ao Ministério da Agricultura. Dedicar-se ao ensino de 1º e 2º grau, inicialmente em regime de internato.

3. As Faculdades e sua inserção na sociedade pelotense

Como vimos, as iniciativas de criação destas unidades partiram sempre de membros da classe dominante na cidade, embora outros setores também se posicionassem favoráveis. Na mente destes fundadores, era necessário desenvolver faculdades e escolas como meio de auxiliar o desenvolvimento econômico e sócio-cultural de Pelotas. Ao que parece, na cabeça de alguns já estaria a visão de que, no futuro, se constituísse uma universidade (Lima, 1982) a partir destas unidades. Além disso, a própria sobrevivência destas faculdades, até sua federalização posterior, muito dependeu das relações com os políticos e poderes públicos da região. A troca de favores foi uma constante e diversos políticos também fizeram parte do corpo docente destas instituições. Em alguns casos, como o Direito e a Odonto, se procurava buscar para o corpo docente ou se nomeava como "professor honorário", pessoas que, quer pelo seu saber reconhecido, quer pelas suas ligações políticas trouxessem prestígio para a escola. A doação de terrenos, a construção de prédios próprios, o auxílio na solução de problemas diversos sempre passou por campanhas de opinião pública e pela interferência direta de partidos e políticos ligados à região sul.

Os acontecimentos políticos da história gaúcha, interferem, direta ou indiretamente na vida das escolas. Nos conflitos iniciados em 1892 que levaram à Revolução de 1893, o prédio da Eliseu abriga "uma força da recente Revolução pela Legalidade", ocorrendo a dispensa do Diretor, Conselheiro Francisco Antunes Maciel, o qual havia feito modificações na Escola. Seu substituto trata de fazer as coisas voltarem ao normal e avisa que "a conta de luz do mês de junho será paga pelo Comitê Revolucionário" (Ata nº 20, de 28/12/1892). O

mesmo diretor, posteriormente, se queixará da dificuldade de administrar a Escola com um Colegiado onde um dos membros é deputado estadual e o outro está em "missões militares" (Ata nº 32, de 12/05/1893), ou seja, participando da Revolução.

Mas não só os políticos tem interesse na manutenção destas instituições. De certa forma, é toda a sociedade pelotense que se preocupa com elas. Constam nas atas da Congregação do Lyceu, inúmeras doações, que vão desde livros e material didático ou de expediente, até coleções inteiras, mapas, aparelhos científicos e instrumentos, serviços de manutenção de aparelhagem, e, até mesmo, oferecimentos para lecionar gratuitamente. Na Odonto, os professores nada recebiam, além de ministrarem as aulas práticas em seus próprios consultórios. Todas as instituições tiveram terrenos ou prédios doados e contaram com ajuda de particulares, alunos, professores e poderes públicos para construir suas atuais instalações. Por outro lado, sempre houve uma atuação nítida destas faculdades no sentido do atendimento de interesses da sociedade como um todo, ou de setores desta. Novamente, o caso mais exemplar é apresentado pela "Eliseu Maciel", que se empenhou a fundo, como instituição e também através de seus professores, na solução dos problemas que afligiam a pecuária gaúcha acossada pela concorrência platina que era superior em preço, qualidade da carne e das pastagens. Através da "Revista Agrícola" faz propaganda de raças européias para melhoramento genético. A equipe de redação da Revista, composta por seus professores, funda a primeira Associação de defesa dos interesses dos criadores de gado no Estado, a "Sociedade Agrícola Pastoral" cuja primeira sede é no Lyceu. Também a agricultura, especificamente a desenvolvida pelos colonos do município, teve a preocupação de professores do Lyceu.

Desde os inícios, encontramos referência a atividades várias, como estudo e experimentação de culturas no campo da escola; artigos sobre vitivinicultura com o fim de melhorar a produção desenvolvida por colonos no município; confecção de folhetos explicativos para agricultores; distribuição de mudas de árvores frutíferas e sementes para introdução de novas espécies e

culturas, etc...

A Farmácia teve atuação destacada no combate a gripe "espanhola" de 1918 e a Odonto, desde o início, manteve clínica destinada a atender a população carente, a qual, em 1915, já atendia cerca de 40 pacientes por dia (Guia Acadêmico, 1915).

Quanto ao curso de Direito, além da óbvia necessidade de formar pessoal especializado em questões jurídico-formais, atendia também aos que buscavam cultura e um diploma de bacharel. Pela pesquisa, constatamos que boa parte dos alunos matriculados no direito apresentavam idade elevada (mais de 30 anos) e confirmou-se que, ao entrar na faculdade, muitos já exerciam outra atividade, o que fortalece esta hipótese. Entretanto, constatamos que a maioria dos que se formaram, mesmo tendo outra profissão no início, abandonavam pela advocacia.

Enfim, vemos que estes cursos se apresentavam como funcionais dentro da sociedade pelotense, no sentido que respondiam a necessidades que esta, ou parcelas importantes dentro dela, enfrentavam. Se acrescentarmos a estas unidades, outras escolas de nível médio surgidas na época, também sob o patrocínio da elite, como a Escola do Comércio, o Conservatório de Música e o Patronato Agrícola, veremos que a elite realmente sabia como atender suas necessidades: cultura e dotes artísticos para suas filhas? Conservatório de Música; pessoal especializado para a contabilidade e administração dos escritórios das firmas e indústrias? Escola de Comércio; formação e educação de filhos de colonos para futuro emprego como capatazes em suas estâncias? Patronato Agrícola.

4. Composição Discente e Docente

Alunos:

No período de 1883 a 1930, o alunado é originário, em sua maioria, de famílias ligadas ao latifúndio e também filhos de profissionais liberais. Na agronomia, como era de esperar, a ligação com a propriedade de terras é mais sentida, havendo famílias que, sucessivamente, mandam seus membros à escola há 3 ou 4

gerações, segundo relato do atual diretor. Agronomia e Direito eram pagos, e havia inúmeras taxas, algumas delas mais caras que a matrícula, como é o caso do diploma e da Guia de Transferência.

Além disso, o sistema de pagamento mensal só existia no Direito, enquanto na Agronomia o valor deveria ser saldado de uma só vez, ou, no máximo duas, o que implicava em selecionar ainda mais a clientela. A partir da segunda década do século, aparece a figura do aluno gratuito, com poucas vagas reservadas (3 a 5), cuja indicação ficava a cargo da Intendência e destinado aos comprovadamente pobres. A permanência destes no curso ficava condicionada ao bom desempenho escolar. Contudo, não se deve entender estes alunos "pobres" como provenientes de famílias de nível sócio-econômico cultural muito baixo, porque os exames de habilitação ("preparatórios") necessários para ingresso, exigiam conhecimentos praticamente impossíveis de serem adquiridos por filhos de famílias realmente pobres, naquela época. Era freqüente exigir conhecimento de duas línguas além do português, história e geografia (geral e do Brasil), aritmética, geometria, noções de física, química e história natural.

Na Odonto, chama a atenção a tenra idade de alguns dos integrantes das primeiras turmas (13-14 anos), passando, em 1916, a ser exigido a idade mínima de 16 anos. Já no Direito, a média de idade dos alunos matriculados é sensivelmente mais alta, mantendo-se ao longo dos anos, aparecendo também uma boa porcentagem de casados, o que parece indicar que já trabalhavam quando de seu ingresso. As turmas de formandos a princípio eram extremamente pequenas, não sendo raras turmas de um ou dois alunos. No decorrer do período, não constatamos um aumento significativo no número de alunos, seja matriculados, seja concluintes. Há uma tendência histórica ao aumento de número de alunos, embora muito lenta. As mulheres aparecem em pequeníssimo número, chamando a atenção também sua idade sempre baixa. Destas, só um número ainda menor se forma. A Odonto é o curso que apresenta o maior nº de mulheres.

O "Álbum de Pelotas" de 1922 nos oferece uma boa pista sobre a composição do alunado da Odonto. Ao

falar do Colégio Elementar Felix da Cunha, que funcionou a partir de 1913 e onde eram numerosas (senão maioria) as mulheres, explica que os alunos recebiam 'urdimentos de música e o ensino de numerosas artes manuais', que lhes seriam úteis para a vida no lar e também como um meio para 'as menos favorecidas pela fortuna vencerem nobremente as dificuldades da existência'. A seguir, complementa: "Já se formaram 54 jovens, das quais, muitas, com notável brilho, se tem diplomado em farmácia, em odontologia, outras se dedicado a carreira comercial". Como vemos, Odonto e Farmácia, talvez por terem menos prestígio e não serem cursos pagos, eram mais procurados por aqueles setores da sociedade mais discriminados, como mulheres e pobres. Contudo, a Odonto, a julgar pelos prospectos que ela própria divulgava em 1915, cobrava taxas de matrícula e de frequência anualmente, além de taxa de exames. Entretanto, os professores entrevistados são unânimes em relatar que o curso era gratuito, pelo menos para as décadas posteriores. Outro problema enfrentado pela Odonto é que, de 1915 a 1919, houve duas Faculdades de Odonto em Pelotas, devido a divergências entre os professores. Uma das dissidências deixa de existir em 1919, sendo seu acervo então transferido para a Biblioteca Pública, até sua posterior reunião, em 1930, com a outra Faculdade, que continuou a existir e esteve vinculada ao Ginásio Pelotense até 1925.

Composição do corpo docente:

Uma definição de classe dos professores se torna um pouco mais difícil na medida em que lidamos com um período de mais de 40 anos e com cursos diferenciados.

É incontestável que nos 3 cursos aqui estudados – Direito, Odonto e Agronomia – houve a presença significativa e decisiva em alguns casos, de membros da mais pura elite da cidade. Isto é significativo na "Eliseu Maciel", especialmente nos primeiros anos, onde temos dois deputados federais e altos funcionários da Intendência lecionando, além do Diretor, quase sempre uma figura de alta projeção política. Também contamos com professores eminentes no Direito, alguns chegando a

desembargadores, outros que se destacaram na área política, sem contar os fundadores, filhos das melhores famílias de Pelotas. E temos provas de que esta ligação com as tradicionais famílias pelotenses, com os altos cargos da magistratura e com a política se manteve ao longo do tempo.

Na Odonto, o próprio fato do Curso não remunerar os professores era evidente indício de que seriam profissionais liberais, atuando, seja por desprezimento, seja pelo prestígio que isto trazia. Temos dados comprovando que a maioria possuía clínicas dentárias, ou clinicava em hospitais, ou ainda eram farmacêuticos estabelecidos na cidade. Não devemos esquecer também, embora nossa pesquisa não tenha conseguido avançar muito nessa área, da importância dos maçons na fundação e desenvolvimento destas faculdades. Esta sociedade, como sabemos, é ligada às classes possuidoras e aos profissionais liberais. Estes professores, contudo, mesmo pertencendo às classes altas, já eram, em sua maioria, formados pelas faculdades nacionais, exceto em pequeno número, ainda formado no estrangeiro. Por exemplo, no corpo docente da Odonto em 1915, de 13 professores, apenas 3 tem cursos de habilitação no exterior.

Entretanto, os dados recolhidos na pesquisa nos levam a pensar que, para uma parte dos professores pelo menos, a remuneração seria essencial, ou seja, seriam pessoas que viveriam de seus salários. No Lyceu, isto aparece de várias formas: em negativas de professores, quando consultados se, em caso de emergência da instituição, poderiam lecionar gratuitamente; na tendência ao acúmulo de cadeiras por um mesmo professor, o que parece indicar, muito mais que a vontade de auxiliar à Instituição, a necessidade de recompensa pecuniária; por fim, no fato que muitos lecionavam em várias escolas. No Direito, temos a figura do professor substituto e uma detalhada regulamentação sobre em que momentos e por quais motivos, o substituto poderia assumir a turma, tendo então, direito à remuneração correspondente. Isto nos faz pensar que, para estes, pelo menos, a remuneração seria essencial. É comum às faculdades a prática de contratarem como professores, egressos de seus próprios quadros.

Não encontramos, no período considerado, nenhuma mulher lecionando nestes cursos superiores. Elas só aparecem no Conservatório. Quanto ao CAVG, não temos dados sobre a composição do corpo docente.

Quanto a relação de trabalho, sabemos que na Agronomia e Direito esta relação era mais rígida que na Odontologia, justamente pelo fato dos professores não serem pagos nesta última. Ainda nos primeiros anos da "Eliseu Maciel" temos o caso de um professor, destituído de sua cadeira por motivos políticos no curso da Revolução de 1893, que consegue reavê-la posteriormente, mas, embora peça remuneração pelos meses de afastamento, nada consegue; a seguir, ao requerer afastamento por motivos de saúde, a licença só lhe é concedida após minuciosa comprovação, porém sem receber remuneração. Existia também um código de conduta extremamente diferenciado e severo, quanto a posturas e deveres dos mestres. Tudo isso parece indicar uma relação empregado-patrão bem clara e parece excluir estes professores no mínimo da elite econômica, senão política.

Sabemos, entretanto, que nem sempre o que está escrito é cumprido ao pé da letra, servindo muitas vezes, apenas como segurança ante certas situações, ou pessoas, que não são "amigas do rei". Portanto, de maneira geral, podemos afirmar que, para o período assinalado, a maior parte dos professores vinha da elite ou a ela se referenciava.

Período de 1930 até 1964

1 - Contexto Regional

Após a Revolução de 30 temos algumas modificações importantes, tanto na política gaúcha, que sai da dominação do PRR, quanto à nível educacional, com a Reforma promovida por Francisco Campos, que vai instituir o regime de fiscalização permanente para o ensino particular, terminando com a relativa liberdade que gozavam até então.

É também o momento em que, livres da influência do positivismo no Estado, vamos ter a formação da primeira Universidade gaúcha, a Universidade de Porto

Alegre. Ela vai surgir aglutinando, ao redor da Escola de Engenharia (transformada em Universidade Técnica em 1932) outras faculdades isoladas e vai manter-se, como única instituição desse gênero no Rio Grande do Sul, até a década de 60. Vai ganhar âmbito estadual em 1947, sendo federalizada em 1950, com o nome de Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em termos econômicos, pouca coisa alterou-se nesta nova fase. O Rio Grande continuou como grande produtor agropecuário e sua indústria progredia, embora a ritmo lento. As cooperativas, na década de 30, passaram a ser vistas, pelos produtores, como uma força eficaz de superar suas dificuldades na industrialização ou comercialização de produtos.

É na década de 50 que a idéia da crise econômica apresenta-se aos olhos do Estado e das lideranças gaúchas. "Foi nesse momento que se tomou consciência da situação de 'marginalidade' da indústria gaúcha no cenário nacional: o centro-sul passava por um novo estágio industrial, enquanto nas demais regiões começa-se a falar de 'atraso relativo'." (Lagemann, 1978, p. 52).

O Rio Grande do Sul estava crescendo abaixo da média nacional; sua indústria era pequena, sem condições de modernizar-se e enfrentar a concorrência do centro do país, além de ser pouco diversificada, com predominância de ramos tradicionais (têxteis, alimentos, vestuário). Ao lado da crise na indústria, havia também a crise na pecuária e agricultura.

Esta constatação obriga o governo do Estado a tomar algumas medidas, entre elas a elaboração de um plano de desenvolvimento industrial, objetivando realizar investimentos regionais de infra-estrutura e estabelecer o zoneamento industrial do Estado. A nível prático, entretanto, as realizações limitam-se ao campo da energia elétrica e agropecuária.

A crise será superada ao longo da década de 60, com a afirmação de novos ramos industriais no Estado, (transporte, material elétrico e comunicações) e também com a reciclagem de indústrias tradicionais, modernizando-se para enfrentar a competição, no próprio mercado gaúcho, dos produtos do centro do país (Lagemann, 1978).

É significativo o fato que a maioria das instituições

federais de ensino superior no Estado surjam exatamente nesta década e todas elas como resultado de grande mobilização das comunidades envolvidas, que as viam como elemento chave para o desenvolvimento econômico de sua região, refletindo, pois, a consciência da crise e do 'atraso' na visão das elites. A Universidade Federal de Santa Maria, por exemplo, surgiu em 1960, constituindo-se "a primeira universidade federal localizada em cidade interiorana. Ela já nasce moderna, planejada, tendo como finalidade máxima o desenvolvimento do interior e a autonomia em relação à Porto Alegre. Assim, ela não nasce da simples justaposição de faculdades, como é tradicional no Brasil, mas sim a partir de um projeto regional de desenvolvimento, que colocava a universidade como fator fundamental deste" (Oliveira e Neves, 1990). Inicialmente estrutura-se em diversos campi, em cidades próximas, concentrando suas atividades posteriormente, em Santa Maria, independizando as unidades existentes em outras cidades, que vão se constituir em faculdades isoladas (Neves, 1987).

A Universidade Federal de Pelotas e a Fundação Universidade de Rio Grande surgem no mesmo ano, 1969, já sob o signo da reforma universitária. Ambas nascem do mesmo modo, através da luta de lideranças locais em um processo de aglutinação das antigas unidades de ensino superior, públicas ou privadas até então existentes.

2 - O Contexto Local e o Desenvolvimento das Faculdades

Na década de 30 a economia pelotense acha-se numa profunda crise. Sua última charqueada fechou e a falência do Banco Pelotense, em 1931, leva à ruína ou a sérias dificuldades financeiras a muitos de seus investidores. A recomposição econômica vai ocorrer de forma lenta, dificultada pela acentuação da dominância política e econômica de Porto Alegre sobre o Estado, o que enfraquecerá as tentativas de buscar apoio externo, político, à solução da crise. Neste período ocorre uma fragmentação da propriedade da terra, ao lado de um processo de diversificação agrícola. As lavouras de arroz,

as hortaliças e frutas passam a deter a primazia da produção agrícola. Na década de 40, Pelotas assume sua especialização na produção e industrialização de alimentos: arroz, hortaliças, frutas e carnes, agora frigidificadas. Em 1950, como resultado desta especialização, as indústrias de produtos alimentares detinham mais de 65% do valor da produção industrial (FUPURP, 1983).

Nesta década, Pelotas cresce e se afirma como pólo da região sul do Estado, devido a sua infraestrutura e o desenvolvimento do setor de serviços, além de ser uma praça comercial forte. Contudo, a nível estadual, perde posição para Caxias do Sul graças ao crescimento vertiginoso desta última. Em 1959, por exemplo, Pelotas contribui com 4,75% da renda global do estado, enquanto Caxias contribui com apenas 2,47%. Já em 1970, Pelotas cai para 3,51% e Caxias a suplanta com 3,59%. A tendência de queda é mantida na década de 80: 3,09% contra 4,15% de Caxias. Analisando a participação dos diversos setores na composição desta renda, verificamos que, nestas décadas, a maior parte da renda está alocada no setor de serviços: 72,48% em 1939; 57,32% em 49; 63,76% em 70 e 62,80% em 80 (FEE, 1986).

De maneira geral, na cidade, ocorre uma aglutinação das entidades isoladas. Algumas vinculam-se ao Bispado, formando a Universidade Católica, outras, que constituem o foco do nosso estudo, buscam o patrocínio do Estado.

Quanto às faculdades, este período é marcado pela conquista da federalização e sua integração em unidades maiores. À exceção da Escola de Belas Artes e da Medicina, novos cursos não são criados, ocorrendo apenas a consolidação dos já existentes, que enfrentavam dificuldades de sobrevivência.

A Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", passa do nível municipal para o federal em 1945, sendo incorporada ao Instituto Agrônomo do Sul, criado em 1944, em Pelotas. A partir de então, pertencendo ao Governo Federal, a Escola vai ter uma estabilidade financeira que se reflete, tanto no número de docentes quanto de alunos. Seu novo prédio é inaugurado em 1959, pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Quanto ao Direito e Odonto (extinto o curso de Farmácia), serão incorporados em 1949 à Universidade do Rio Grande do Sul, que se tornará federal em 1950. Ao amparo da União, estas faculdades poderão desenvolver-se em melhores condições, aparelhando-se técnica e humanamente. Serão realizados vários concursos para docência; prédios para seu uso serão construídos ou remodelados, livros e equipamentos serão finalmente comprados. Ainda em 1949 é criada a Escola de Belas Artes 'Dona Carmen Trápaga Simões' que oferece os cursos de gravura, pintura e escultura.

O Conservatório de Música vai ser municipalizado em 1937. Nos anos 50, juntamente com a Sociedade Artística de Pelotas, vai conhecer sua época de ouro, trazendo inúmeros artistas famosos à cidade.

O Patronato Agrícola 'Visconde da Graça', passa a Aprendizado Agrícola (1934) e a Escola Agrotécnica (1947) ainda subordinado ao Ministério da Agricultura. Em 1968 será anexada a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul.

A Faculdade de Medicina, mantida pelo IPESSE - Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado, é fundada em 1959, mas só começa a funcionar em 1963, sendo seu curso reconhecido em 1966.

É digno de nota que, ao mesmo tempo, está sendo criada em Pelotas outra Faculdade de Medicina, - esta última vinculada ao Bispado. A acirrada rivalidade entre ambas desdobrou-se em vários episódios, na própria cidade e dentro do Ministério da Educação, até o reconhecimento das duas faculdades, isto por que era voz corrente que Pelotas não teria condições de sustentar duas faculdades de Medicina, um curso caro.

Na década de 60, ainda vinculada ao Ministério da Agricultura e tendo por núcleo a Escola de Agronomia 'Eliseu Maciel', vai ser criada a Universidade Rural do Sul. Além da Agronomia, ela manteria os cursos de Ciências Domésticas (criado em 1961) e Veterinária (1968). A Reitoria sequer existia, sendo as funções do cargo desempenhadas pelos diretores da Agronomia.

Em 1967, a Universidade Rural do Sul é transferida para o Ministério da Educação, sendo transformada em Universidade Federal Rural do Sul. Com amplitude maior, previa-se a criação de uma série de institutos

básicos. Entretanto, esta universidade ainda está em implementação quando ocorre a criação da UFPel, que a engloba.

A inter-relação com a comunidade

Neste período, vemos que existe uma preocupação, especialmente entre professores e alunos, mas com a participação decisiva das lideranças políticas mais significativas da região, no sentido de conseguir o amparo oficial para estas instituições, entendidas como a forma de garantir concretamente sua sobrevivência para o futuro.

A elite política continuava a manter a função de protetora de seus cursos. Os prefeitos de Pelotas, indistintamente de partidos a que pertençam, aparecem a todo momento como promotores de ações no sentido de conseguir recursos, verbas, equipamentos, ou como líderes de movimentos no sentido de conseguir para estas instituições o patrocínio federal permanente.

Embora possamos dizer que a idéia do patrocínio oficial esteja presente nos vários cursos, quando da fundação, ou logo a seguir, é neste momento que ela se consubstancia.

Nesta fase começam a aparecer também, como participantes ativos no processo, professores e estudantes, sendo grande a atividade da Federação Acadêmica Pelotense (FAP) nestas campanhas. No caso da incorporação da Odonto e do Direito, a campanha de opinião pública tem grande importância como fonte de pressão junto ao meio político e aos órgãos federais envolvidos. Aliás, esta incorporação é, basicamente, um processo político. Começou com a inclusão, por um deputado ligado à Pelotas, nas disposições transitórias da Constituição Estadual de 1947, de um artigo criando a URGS e apontando a incorporação das faculdades do interior (Odonto e Direito de Pelotas, Farmácia de Santa Maria) à nova Universidade.

A Reitoria envia uma comissão para averiguar a situação dos cursos, que termina por apresentar parecer desfavorável.

A partir daí, a luta escapa novamente ao meio acadêmico. Através da FAP vai desenvolver-se ampla

campanha pública e a pressão conjunta dos setores envolvidos e dos políticos faz a Assembléia aprovar uma lei tratando da incorporação.

O Reitor demite-se, alegando estar quebrada a autonomia universitária. O novo reitor é favorável, mas enfrenta oposição interna no Conselho Universitária.

Novamente a luta passa a se desenvolver em duas frentes, interna à URGs e externa, nos órgãos do Ministério da Educação e na Câmara dos Deputados, até a vitória.

A criação da Medicina também envolve muito mais o jogo político do que seria de esperar. Além disso, nela é ainda mais evidente a preocupação com a busca do amparo oficial para a instituição, o que está presente ainda antes de sua criação. Um dos mais fortes argumentos para que ela não fosse vinculada ao Bispado era porque só assim se poderia ter esperanças que o governo da União a encampasse mais tarde.

Outro argumento era que muitos médicos não sendo da fé católica, poderiam sentir-se constrangidos de trabalhar numa faculdade ligada à igreja.

A fundação da Faculdade de Medicina "Leiga", como é chamada, ocorreu em solenidade com a presença do governador e todo o seu secretariado, além do reitor da UFRGS (pretendia-se que ela fosse incorporada à esta Universidade) em 1959.

O próprio governador, correligionário político do prefeito, a declarou fundada, doando também uma certa quantia de dinheiro para a sua manutenção. O reconhecimento do curso, demorado justamente devido à disputa com o Bispo, também contou com a participação de políticos no sentido de agilizar o processo, desemperrando a máquina burocrática do Ministério.

Composição discente e docente:

Os dados existentes a este respeito não diferem muito do período anterior. Apenas nota-se uma gradativa democratização do acesso ao ensino, especialmente a partir do momento em que estas faculdades deixam de ser pagas. A única exceção, será dada pela Faculdade de Medicina do IPESSE, que, por ser particular, era paga. Entretanto, haviam bolsas de estudo, conseguidas

via parlamentares, para alunos necessitados.

No Direito, continua havendo o fenômeno do aluno de idade mais elevada. Segundo alguns professores, vários faziam a faculdade apenas para adquirir cultura, sem pretender exercer a profissão.

Como já dissemos, há um brusco aumento na procura a partir da federalização, acompanhado de outro aumento significativo na década de 60, sob pressão das classes médias, que agora vêm, no ensino superior, a principal forma de ascensão social.

As mulheres também lentamente começam a fazer notar sua presença, agora não só como alunas, mas também como professoras. Quanto aos professores, uma parte continua a provir das classes altas, especialmente quando se acentua o fenômeno da decadência econômica das famílias tradicionais, que vêm na Universidade a segurança de uma carreira compensadora financeiramente.

Entretanto, a democratização do acesso ao ensino, para o final do período, aliado à expansão do quadro de professores, provocado pela federalização, vai ocasionar a expansão dos representantes das classes médias nos quadros das instituições de ensino. Neste momento, embora hajam concursos para docência, é muito difundido o hábito do convite como forma de selecionar professores. Isto assegura um certo controle do professorado nestas instituições, além de uma determinada predominância ideológica na composição docente. Por outro lado, deve ser o responsável pela acentuação do fenômeno do aproveitamento de ex-alunos como professores, que, em alguns casos, chega a mais da metade dos docentes.

Obviamente, continuam havendo os professores "políticos", bem como os egressos que ocupam posições de destaque na sociedade, mas, especialmente para o fim do período, caminha-se na direção da profissionalização completa do professor.

3º período – de 1964 até hoje

A criação da UFPel

Para este período só podemos adiantar dados

preliminares, pois estamos em fase de coleta de material e realização de entrevistas. Entretanto, já temos bem claro o desenvolver do processo que envolve a criação da UFPel, em 1969.

A UFPel resultou da transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul com anexação da área da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Pelotas, agregando unidades particulares de ensino superior. Entre as unidades formadoras contam-se: Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Veterinária (recém criada), Escola Agrotécnica "Visconde da Graça", Faculdade de Odontologia, Faculdade de Direito, Instituto de Sociologia e Política (ligado ao Direito). Como agregadas, entraram a Faculdade de Medicina, o Conservatório de Música e a Escola de Belas Artes "Dona Carmen Trápaga Simões". A incorporação destas últimas ocorreu posteriormente.

Criada com a reforma universitária, a UFPel surge também como resultado do processo de interiorização do ensino superior, aliado à nova orientação de procurar aglutinar os estabelecimentos isolados em instituições universitárias. Segundo Oliven (1990), "a reforma universitária pode ser entendida como uma resposta às pressões da classe média por mais lugares na universidade, resposta essa cuja função explícita era a de atender as exigências deste grupo quanto a oportunidade educacionais e cuja função implícita era a de esvaziar o conteúdo político das reivindicações deste mesmo grupo."

Promovendo-se neste período a expansão e massificação do ensino superior, ao mesmo tempo que lançando-se mão de medidas repressivas e autoritárias, inibindo a contestação, quer dentro do recinto acadêmico, quer fora dele, a política educacional da ditadura deu nova dimensão ao ensino superior no estado e no país. Proliferaram os cursos isolados e as Universidades privadas voltadas para a formação de professores de 1º e 2º grau (Neves, 1987). Esta nova estrutura do ensino superior em nosso estado, em linhas gerais idêntica a que se desenvolvia no restante do país, configuraram um sistema dual (Oliven, 1990; Neves, 1987): a coexistência de um ensino público e outro

privado com características diferenciadas. Basicamente, enquanto o primeiro procura manter um ensino de certo nível e desenvolver atividades de pesquisa, o segundo volta-se para o ensino, que, muitas vezes, especialmente nas faculdades isoladas, é de qualidade extremamente discutível. Para Oliven, houve a 'parouquialização' do sistema educacional brasileiro, entendida como a grande expansão de escolas de ensino superior isoladas na década de 70, a maioria em cidades pequenas. Este fenômeno de ampliação desmesurada foi contido na década de 80, segundo a autora, por pressão da própria classe média, que agora via na expansão do ensino superior sem controle, uma ameaça à valorização do diploma universitário.

Nas universidades federais, a Reforma transformou as estruturas organizacionais, eliminando a figura do professor catedrático, criando os departamentos e promovendo a matrícula por disciplinas, além de criar uma disciplina obrigatória (EPB) com caráter laudatório ao regime militar.

Enquanto isso, leis desarticuladoras do movimento estudantil e repressoras das atividades de alunos, docentes e funcionários, como os decretos 228 e 477 eram postas em execução.

Todas as universidades federais chegaram a ter um órgão de informação vinculado à "comunidade de informações" da ditadura. Isto era apenas o reflexo dentro da universidade, do que ocorria na sociedade, onde o AI-5, além do aparato policial-militar repressivo inibiam qualquer possibilidade de contestação, mantendo a sociedade rigidamente imobilizada.

Dentro deste contexto, a UFPel, nascida em plena reforma, não conseguirá opor nenhuma resistência a ela, nem mesmo em seus cursos mais tradicionais.

É ela, a primeira universidade brasileira a conceder o título de "Doutor Honoris Causa" ao Médico e ao Jarbas Passarinho, então ministro da Educação, o que de certo modo, não deixou de ser uma injustiça, pois o ministro que mais tinha se empenhado em criá-la era o Tarso Dutra, ministro da Educação do governo Costa e Silva.

O processo de criação da UFPel, iniciado em 1968, por políticos e professores da região, seguiu as mesmas

linhas das campanhas anteriores e envolveu as principais lideranças políticas da região.

Somente levando em conta o prisma político é possível entender a formação da UFPel e da FURG (Fundação Universidade do Rio Grande) no mesmo ano e separadas por apenas 60 km. Isto numa região do Estado que há muito perdera o seu predomínio econômico.

A UFPel era vista como uma forma de trazer mais dinamismo à economia pelotense e auxiliar na solução dos problemas que entravavam, na visão dos promotores, o desenvolvimento da região sul como um todo. Ainda hoje, a Universidade é uma instituição de peso dentro da cidade: seu orçamento é o segundo do Município, só perdendo para a Prefeitura.

Fonte geradora de empregos, responsável pelo contínuo afluxo de jovens à cidade, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão que subsidiam, em parte, as atividades produtivas da região, a UFPel cumpriu, até agora, o papel que as elites lhe reservaram, embora, atualmente, tenha seus acessos de rebeldia e procure repensar seus atividades e seu direcionamento.

ILUSTRAÇÃO DA UFPel



MUSEU DA BARONESSA



BIBLIOGRAFIA

- Álbum de Pelotas. *Edição comemorativa do Centenário da Independência*. Pelotas, 1922.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. SP, Brasiliense, 1980.
- CRISPIM, Jack. *Histórico da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel*. Pelotas, datil., 1972.
- CUNHA, Luis A. *A universidade contemporânea. O ensino superior - da colônia à era Vargas*. RJ, Civilização Brasileira, 1980.
- FEE. *Áreas Estatisticamente Comparáveis do Rio Grande do Sul - 1940-80*. Porto Alegre, 1986.
- FONSECA, Pedro C. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- FUPURP - FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DE PELOTAS. *Relatório preliminar*. Pelotas, 1983.
- GRANDO, Marinês. *Pequena Agricultura em crise: o caso da "colônia francesa" no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, FEE, 1989.
- LAGEMANN, Eugenio. *A Industrialização no Rio Grande do Sul, in Projeto Pequena e Média Empresa no RS*. UFRGS, FCE, IEPE, Relatório de Pesquisa nº 4, 1978.
- LIMA, Alcides. *Histórico da Faculdade de Direito (1912-1982)*, UFPel, 1982.
- LIVRO DE ATAS DO LYCEU DE AGRONOMIA, ARTES E OFÍCIOS, 1988-1944.
- MAGALHÃES, Mario. *Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel" (1883-1983)*. UFPel, Ed. Universidade, 1983.
- NEVES, Clarissa E. *Expansão e interiorização do Ensino Superior - análise do caso do Rio Grande do Sul*. Relatório de Pesquisa FINEP, P. Alegre, 1987.
- OLIVEIRA, Eurico K. *História e Historietas da Faculdade de Odontologia de Pelotas*. Pelotas, datil., 1976.
- OLIVEN, Arabela. *A Paroquialização do Ensino Superior*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- _____. *Expansão do ensino superior: Democratização ou cooptação?* in Educação Brasileira, ano II, nº 4, 1980, pp. 51 a 75.
- _____. e Neves, Clarissa. *O Ensino superior no RS: uma análise comparativa*. Comunicação apresentada à 42ª Reunião da SBPC, 08 a 13 de julho de 1990, in Anais da 42ª Reunião da SBPC, p. 394.
- PESAVENTO, Sandra. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho - RS: 1889-1930*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Nacional, 1977.

FACULDADE DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL

